

Título: Interesse público e decretos expropriatórios: uma análise qualitativa do cenário carioca

Autor(es) Úrsula Simões da Costa Cunha Vasconcellos; Jeison Bainha de Oliveira; Jorge Luiz de Magalhães; Natasha Mandela Marchelli Ribeiro

E-mail para contato: larissapdeoliveira@gmail.com

IES: UFRJ

Palavra(s) Chave(s): Direito Administrativo; Direito Constitucional; Desapropriação; Interesse Público; Megaeventos

RESUMO

O Rio de Janeiro será palco de dois eventos esportivos internacionais: a Copa do Mundo de Futebol e as Olimpíadas de Verão. Nesse contexto de grandes eventos internacionais é acentuada a problemática da desapropriação, que se torna um mecanismo essencial para a realização de obras de infraestrutura e mobilidade urbana exigidas pelos megaeventos. Aos conceitos complexos suscitados pelo instituto da desapropriação soma-se a preocupação com os seus reflexos imediatos na realidade social e nos direitos fundamentais individuais, notadamente diante dos megaeventos esportivos. É nesta celeuma que se verifica a contextualização e justificativa da presente pesquisa. Objetiva-se verificar a presença do interesse público nas desapropriações que estão ocorrendo. Para o cumprimento desse objetivo geral foram estabelecidas duas vertentes de pesquisa relacionadas aos momentos práticos da desapropriação, sendo: (i) verificação dos Decretos, atos e processos administrativos Municipais; e (ii) análise de ações judiciais. Apresenta-se aqui a perspectiva relacionada ao primeiro item, ou seja, a análise se o interesse público, como requisito da desapropriação, pode ser encontrado nos Decretos Municipais Expropriatórios, nos atos administrativos deste Poder e nos processos administrativos relacionados ao tema. Trabalha-se com a hipótese de que o Poder Executivo não aprofunda a análise do interesse público para realizar a desapropriação, inviabilizando a verificação da presença dos requisitos constitucionais na utilização do instituto. Para comprovação da hipótese levantada, a metodologia do trabalho iniciou-se pela pesquisa dos Decretos Expropriatórios em Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro com marco temporal a partir de janeiro de 2010, data em que começaram a correr os prazos para execução das obras. Adicionalmente, faz-se a verificação e busca dos atos e processos administrativos relacionados ao tema, utilizando o mesmo período analítico. Em paralelo, são estudados os conceitos e a natureza do interesse público, bem como a necessidade de motivação dos atos administrativos, à luz do Direito-Administrativo Constitucional. Diante da pesquisa de Decretos Expropriatórios até Março de 2013, em conjunto com a construção teórica sobre interesse público, a hipótese levantada encontra-se parcialmente comprovada. Tendo em conta o conceito de interesse público e a necessidade de fundamentação dos atos administrativos, os Decretos Expropriatórios carecem da demonstração de uma vontade institucional do Poder Executivo responsável pela desapropriação em qualificar o interesse público, deixando de atender ao requisito de motivação dos atos administrativos, próprio de um Estado Democrático de Direito. Parte-se para a análise dos atos e processos administrativos para verificar se nesse âmbito há o aprofundamento que justifique/legitime a intervenção drástica do Estado na propriedade.